

LEI MUNICIPAL Nº 1.795/2022, DE 11 DE AGOSTO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VALES-REFEIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GISELE CAUMO, Prefeita Municipal de Santa Tereza, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º É instituído o benefício do vale-refeição aos servidores municipais, de participação facultativa, na razão de um vale-refeição por dia útil do mês, excluído o sábado.

Art. 2º Os vales-refeição serão fornecidos através de empresa especializada em refeições-convênio, ficando o Poder Executivo, desde já, autorizado a firmar contrato com pessoa jurídica desta natureza, observadas as normas relativas à licitação.

Art. 3º O valor do vale-refeição será de R\$15,00 (quinze reais).

Parágrafo único. O valor do vale refeição será corrigido anualmente, no mês de agosto, pelo índice acumulado da variação do INPC.

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei não integrará a remuneração dos servidores, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciário.

Art. 5º Não farão jus ao benefício instituído pela presente Lei os servidores municipais inativos e aqueles que estiverem afastados do exercício do cargo, no gozo de férias ou licença, inclusive nas hipóteses que a lei prevê o afastamento como de efetivo serviço público.

Parágrafo único. Os servidores municipais não farão jus a percepção de vale-refeição nos dias em que perceberem diárias.

Art. 6º As despesas decorrentes dessa Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria.

Parágrafo único. Para os exercícios financeiros subsequentes, o Poder Executivo consignará, nas respectivas Leis Orçamentárias, dotações orçamentárias suficientes para o atendimento das despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei nº 881/2009, de 16 de janeiro de 2009 e Lei 1.093/2011, de 12 de agosto de 2011.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Tereza, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois.

GISELE CAUMO
Prefeita Municipal de Santa Tereza